

Injustiça social mata, denuncia a Organização Mundial da Saúde

A riqueza de um país não determina de maneira exclusiva o estado de saúde da sua população, enquanto que as desigualdades sociais "matam em grande escala", segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS).

"As desigualdades sociais matam em grande escala", segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), que defende a adopção de sistemas de saúde financiados com dinheiro público pelos países.

"Reduzir as desigualdades em matéria de saúde é um imperativo ético. A injustiça social mata as pessoas em grande escala", afirmou Michael Marmot, presidente da comissão da OMS sobre as causas sociais em matéria de saúde.

"Uma criança nascida na periferia de Glasgow, na Escócia, terá uma expectativa de vida inferior em 28 anos à de outra nascida a 13 km dali", lembra a OMS. "Não existe uma boa razão biológica para explicar isso", disse Marmot. No seu relatório, os especialistas da comissão indicam que as diferenças de nível de saúde entre os países, e dentro do mesmo país, se devem "ao contexto social no qual as pessoas nascem, vivem, crescem, trabalham e envelhecem".

A OMS considera que as políticas que são aplicadas em diversos países não estão suficientemente adaptadas. "Os sistemas de saúde não tendem naturalmente para a igualdade. É necessário fazer um esforço sem precedentes para levar todos os actores, inclusive os de fora do sector de saúde, a examinarem os efeitos sobre a saúde", salientou Margaret Chan, directora da OMS.

A organização, que se pronuncia a favor de "um sistema de saúde financiado com o dinheiro público", defende "um imposto geral e/ou um seguro universal obrigatório".

Enquanto "virtualmente" todos os países desenvolvidos possuem um sistema assim, não há razões para que os países pobres se vejam privados dele, segundo Marmot. O objectivo é alcançável com vontade política e um sistema de saúde financiado por um imposto progressivo, indicou. "A igualdade em matéria de saúde deve ser um objectivo fundamental do desenvolvimento", indica a OMS, salientando que "os cuidados de saúde são um bem público e não uma mercadoria comercial".

As comparações entre os países mostram também que a riqueza de qualquer um deles não determina por si só o estado de saúde de uma população. "Cuba, Costa Rica, China, o Estado de Kerala na Índia e o Sri Lanka atingiram níveis de saúde satisfatórios, apesar de investimentos nacionais relativamente pequenos", salienta a comissão da OMS.

Noutros países, acções bem desenvolvidas provaram que é possível progredir, considera a organização. Dessa forma no Egito foi registada uma queda espectacular da mortalidade infantil, que foi reduzida de 235 para 33 por 1.000 em 30 anos, segundo o informe da OMS. Na Grécia e Portugal, as taxas de mortalidade infantil baixaram de 50 por 1.000 para níveis quase tão baixos como os de Japão, Suécia e Islândia.

A OMS considera que os países nórdicos continuam a ser os melhores exemplos a seguir: "eles seguiram políticas que estimulam a igualdade em matéria de vantagens e serviços, o pleno emprego, a paridade entre os sexos e os baixos níveis de exclusão social".